Classe Judicial	Sigla	Código	Inicial?	Incidental?	Recursal / Interna?	Processo Referência?	Dependência Recursal?	Dependência Referência?	Ignora Prevento?	Ignora Prevenção?	Glossário
AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO DE PETIÇÃO	AIAP	1001	Não	Não	Sim	Não Exigir	Sim	Não	Não	Não	Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: (Redação dada pela Lei nº 8.432, 11.6.1992)/nb) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos. (Redação dada pela Lei nº 8.432, 11.6.1992)/n § 2º - O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição não suspende a execução da sentença. (Redação dada pela Lei nº 8.432, 11.6.1992)
AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ORDINÁRIO	AIRO	1003	Não	Não	Sim	Não Exigir	Sim	Não	Não	Não	Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: (Redação dada pela Lei nº 8.432, 11.6.1992)/n b) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos. (Redação dada pela Lei nº 8.432, 11.6.1992)
AGRAVO DE PETIÇÃO	AP	1004	Não	Não	Sim	Não Exigir	Sim	Não	Não	Não	Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: (Redação dada pela Lei nº 8.432, 11.6.1992)/na) de petição, das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções; (Redação dada pela Lei nº 8.432, 11.6.1992)/n§ 1º - O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença. (Redação dada pela Lei nº 8.432, 11.6.1992)
AÇÃO ANULATÓRIA DE CLÁUSULAS CONVENCIONAIS	AACC	976	Sim	Não	Não	Não Exigir	Não	Não	Não	Não	Art. 85. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho:/n IV - propor as ações cabíveis para declaração de nulidade de cláusula de contrato, acordo coletivo ou convenção coletiva que viole as liberdades individuais ou coletivas ou os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores;/n Art. 485. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:/n I - se verificar que foi dada por prevaricação, concesso ou corrupção do juiz;/n II - proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente;/n III - resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei;/n IV - ofender a coisa julgada;/n V - violar literal disposição de lei;/n VI - se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória;/n VII - depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;/n VIII - houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença;/n IX - fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa;/n § 1º Há erro, quando a sentença admitir um fato inexistente, ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido;/n § 2º É indispensável, num como outro caso, que não tenha havido controvérsia, nem pronunciamento judicial sobre o fato;/n
AÇÃO RESCISÓRIA	AR	47	Sim	Não	Não	Facultativo	Não	Sim	Não	Não	Art. 115. Há conflito de competência:/n I - quando dois ou mais juízes se declaram competentes;/n II - quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes;/n III - quando entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos;/n/n Art. 116. O conflito pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou pelo juiz;/n/n Parágrafo único. O Ministério Público será ouvido em todos os conflitos de competência; mas terá qualidade de parte naqueles que suscitar;/n/n Art. 117. Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência;/n/n Parágrafo único. O conflito de competência não obsta, porém, a que a parte, que o não suscitou, ofereça exceção declinatória do foro;/n/n Art. 118. O conflito será suscitado ao presidente do tribunal:/n I - pelo juiz, por ofício;/n II - pela parte e pelo Ministério Público, por ofício. O ofício e a petição serão instruídos com os documentos necessários à prova do conflito;/n/n Art. 119. Após a distribuição, o relator mandará ouvir os juízes em conflito, ou apenas o suscitado, se um deles for suscitante; dentro do prazo assinado pelo relator, caberá ao juiz ou juízes prestar as informações;/n/n Art. 120. Poderá o relator, de ofício, ou a requerimento de qualquer das partes, determinar, quando o conflito for positivo, seja sobrestado o processo, mas, neste caso, bem como no de conflito negativo, designará um dos juízes para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes;/n/n Parágrafo único. Havendo jurisprudência dominante do tribunal sobre a questão suscitada, o relator poderá decidir de plano o conflito de competência, cabendo agravo, no prazo de cinco dias, contado da intimação da decisão às partes, para o órgão recursal competente. (Incluído pela Lei nº 9.756, de 17.12.1998)/n/n Art. 121. Decorrido o prazo, com informações ou sem elas, será ouvido, em 5 (cinco) dias, o Ministério Público, em seguida o relator apresentará o conflito em sessão de julgamento;/n/n Art. 122. Ao decidir o conflito, o tribunal declarará qual o juiz competente, pronunciando-se também sobre a validade dos atos do juiz incompetente;/n/n Parágrafo único. Os atos do processo, em que se manifestou o conflito, serão remetidos ao juiz declarado competente;/n/n Art. 123. No conflito entre turmas, seções, câmaras, Conselho Superior da Magistratura, juízes de segundo grau e desembargadores, observar-se-á o que dispuser a respeito o regimento interno do tribunal;/n/n Art. 124. Os regimentos internos dos tribunais regularão o processo e julgamento do conflito de atribuições entre autoridade judiciária e autoridade administrativa;/n/n
CONFLITO DE COMPETÊNCIA	CC	221	Sim	Não	Não	Obrigatório	Não	Não	Não	Não	Art. 115. Há conflito de competência:/n I - quando dois ou mais juízes se declaram competentes;/n II - quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes;/n III - quando entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos;/n/n Art. 116. O conflito pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou pelo juiz;/n/n Parágrafo único. O Ministério Público será ouvido em todos os conflitos de competência; mas terá qualidade de parte naqueles que suscitar;/n/n Art. 117. Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência;/n/n Parágrafo único. O conflito de competência não obsta, porém, a que a parte, que o não suscitou, ofereça exceção declinatória do foro;/n/n Art. 118. O conflito será suscitado ao presidente do tribunal:/n I - pelo juiz, por ofício;/n II - pela parte e pelo Ministério Público, por ofício. O ofício e a petição serão instruídos com os documentos necessários à prova do conflito;/n/n Art. 119. Após a distribuição, o relator mandará ouvir os juízes em conflito, ou apenas o suscitado, se um deles for suscitante; dentro do prazo assinado pelo relator, caberá ao juiz ou juízes prestar as informações;/n/n Art. 120. Poderá o relator, de ofício, ou a requerimento de qualquer das partes, determinar, quando o conflito for positivo, seja sobrestado o processo, mas, neste caso, bem como no de conflito negativo, designará um dos juízes para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes;/n/n Parágrafo único. Havendo jurisprudência dominante do tribunal sobre a questão suscitada, o relator poderá decidir de plano o conflito de competência, cabendo agravo, no prazo de cinco dias, contado da intimação da decisão às partes, para o órgão recursal competente. (Incluído pela Lei nº 9.756, de 17.12.1998)/n/n Art. 121. Decorrido o prazo, com informações ou sem elas, será ouvido, em 5 (cinco) dias, o Ministério Público, em seguida o relator apresentará o conflito em sessão de julgamento;/n/n Art. 122. Ao decidir o conflito, o tribunal declarará qual o juiz competente, pronunciando-se também sobre a validade dos atos do juiz incompetente;/n/n Parágrafo único. Os atos do processo, em que se manifestou o conflito, serão remetidos ao juiz declarado competente;/n/n Art. 123. No conflito entre turmas, seções, câmaras, Conselho Superior da Magistratura, juízes de segundo grau e desembargadores, observar-se-á o que dispuser a respeito o regimento interno do tribunal;/n/n Art. 124. Os regimentos internos dos tribunais regularão o processo e julgamento do conflito de atribuições entre autoridade judiciária e autoridade administrativa;/n/n
CONTRAPROTESTO JUDICIAL	CProt	1723	Sim	Não	Não	Obrigatório	Sim	Sim	Não	Sim	Art. 871. O protesto ou interpeação não admite defesa nem contraprotesto nos autos; mas o requerido pode contraprotestar em processo distinto.
DISSÍDIO COLETIVO	DC	987	Sim	Não	Não	Não Exigir	Não	Não	Sim	Sim	Art. 856 - A instância será instaurada mediante representação escrita ao Presidente do Tribunal. Poderá ser também instaurada por iniciativa do presidente, ou, ainda, a requerimento da Procuradoria da Justiça do Trabalho, sempre que ocorrer suspensão do trabalho;/n/n Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)/n § 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convenionadas anteriormente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE	DCG	988	Sim	Não	Não	Não Exigir	Não	Não	Sim	Sim	Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)/n § 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	ExcSusp	1231	Sim	Não	Não	Obrigatório	Não	Não	Não	Não	Art. 135. Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz, quando:/n I - amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes;/n II - alguma das partes for credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau;/n III - herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes;/n IV - receber dadas antes ou depois de iniciado o processo; aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa, ou subministrar meios para atender às despesas do litígio;/n V - interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes;/n Parágrafo único. Poderá ainda o juiz declarar-se suspeito por motivo íntimo;/n Art. 304. É lícito a qualquer das partes arguir, por meio de exceção, a incompetência (art. 112), o impedimento (art. 134) ou a suspeição (art. 135)/n Art. 312. A parte oferecerá a exceção de impedimento ou de suspeição, especificando o motivo da recusa (arts. 134 e 135). A petição, dirigida ao juiz da causa, poderá ser instruída com documentos em que o excipiente fundar a alegação e conterá o rol de testemunhas
HABEAS CORPUS	HC	1269	Sim	Não	Não	Não Exigir	Não	Não	Não	Não	Para os casos de prisão civil,/n Embora trate de matéria cível, utiliza-se o procedimento previsto no Livro III, Título II, Capítulo X do Código de Processo Penal (arts. 647 a 667).
MANDADO DE SEGURANÇA	MS	120	Sim	Não	Não	Obrigatório	Não	Não	Não	Não	Difere do Mandado de segurança coletivo previsto no artigo 5º LXX, da CF e artigo 2º da Lei 8437/92. /n/n CF, ART. 5º. LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;/n Lei 12.016/2009/n Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. /n/n § 1º Equiparam-se às autoridades, para os efeitos desta Lei, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições. /n/n § 2º Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público. /n/n § 3º Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	MSCol	119	Sim	Não	Não	Não Exigir	Não	Não	Sim	Sim	Cadastrar mediante requerimento específico./n CF, ART. 5º. LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:/na) partido político com representação no Congresso Nacional;/nb) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;/n Lei 8437/92 - Art. 2º No mandado de segurança coletivo e na ação cível pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de setenta e duas horas. /n Lei 12016/2009/n Art. 21. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial. /n/n Parágrafo único. Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo podem ser:/n I - coletivos, assim entendidos, para efeito desta Lei, os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica;/n II - individuais homogêneos, assim entendidos, para efeito desta Lei, os decorrentes de origem comum e da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante. /n/n Art. 22. No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante. /n/n § 1º O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva. /n/n § 2º No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas. /n/n Art. 23. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
PETIÇÃO	Pet	241	Sim	Não	Não	Facultativo	Não	Não	Sim	Sim	Petição inicial avulsa genérica a ser utilizada para os casos de ausência de procedimento próprio na tabela ou incompetência do órgão.
PROTESTO	Protes	191	Sim	Não	Não	Não Exigir	Não	Não	Sim	Sim	Art. 867 - Todo aquele que desejar prevenir responsabilidades, prover a conservação e resalta de seus direitos ou manifestar qualquer intenção de modo formal, poderá fazer por escrito o seu protesto, em petição
RECURSO ADMINISTRATIVO	RecAdm	1299	Sim	Não	Não	Não Exigir	Não	Não	Não	Não	Glossário: recurso de decisões proferidas em procedimentos administrativos diversos. Aplica-se excepcionalmente aos recursos administrativos disciplinares contra magistrados naqueles Tribunais em que a legislação estadual preveja expressamente o recurso, bem como aos recursos em sindicâncias contra servidores.
RECURSO ORDINÁRIO	RO	1009	Não	Não	Sim	Não Exigir	Sim	Não	Não	Não	Art. 895 - Cabe recurso ordinário para a instância superior: (Vide Lei 5.584, de 1970)/n a) das decisões definitivas das Juntas e Juízes, no prazo de 10 (dez) dias; (Redação dada pela Lei nº 5.442, de 24.5.1968)/nb) das decisões definitivas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 10 (dez) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 9.168, de 12.4.1946)
RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	ROPS	11886	Não	Não	Sim	Não Exigir	Sim	Não	Não	Não	I - das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízes, no prazo de 8 (oito) dias; e II - das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos. § 1º - Nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário: I - (VETADO). II - será imediatamente distribuído, uma vez recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de dez dias, e a Secretaria do Tribunal ou Turma colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, sem revisor; III - terá parecer oral do representante do Ministério Público presente à sessão de julgamento, se este entender necessário o parecer, com registro na certidão; IV - terá acórdão consistente unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão. § 2º Os Tribunais Regionais, divididos em Turmas, poderão designar Turma para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.
REEXAME NECESSÁRIO	ReeNec	1685	Não	Não	Sim	Não Exigir	Sim	Não	Não	Não	Art. 475. Esta sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001)/n I - proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público; (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001)/n II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública (art. 585, VI). (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001)/n § 2º Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001)/n § 3º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001)/n Art. 12 - Da sentença, negando ou concedendo o mandado cabe apelação. (Redação dada pela Lei nº 6.014, de 1973)/n Parágrafo único. A sentença, que conceder o mandado, fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, podendo, entretanto, ser executada provisoriamente. (Redação dada pela Lei nº 6.071, de 1974)/n
REEXAME NECESSÁRIO / RECURSO ORDINÁRIO	Reenec/RO	11027	Não	Não	Sim	Não Exigir	Sim	Não	Não	Não	Classe utilizada para designar a interposição voluntária de recurso ordinário, quando também há, de forma simultânea, o reexame necessário./n/n Art. 475. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001)/n I - proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público; (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001)/n II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública (art. 585, VI). (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001)/n § 2º Não se aplica o disposto neste artigo, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, haja ou não apelação; não o fazendo, deverá o presidente do tribunal avocá-los. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001)/n § 3º Também não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001)/n § 3º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001)/n Art. 12 - Da sentença, negando ou concedendo o mandado cabe apelação. (Redação dada pela Lei nº 6.014, de 1973)/n Parágrafo único. A sentença, que conceder o mandado, fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, podendo, entretanto, ser executada provisoriamente. (Redação dada pela Lei nº 6.071, de 1974)/n
TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	TutAntAnt	12135	Sim	Não	Não	Não Exigir	Não	Não	Sim	Sim	Art. 305, 306, 307, 308, 309 e 310
TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	TutCautAnt	12134	Sim	Não	Não	Não Exigir	Não	Não	Sim	Sim	Art. 305, 306, 307, 308, 309 e 310

Legenda:	
Inicial?	Determina se a classe pode ser utilizada para cadastro de novos processos
Incidental?	Determina se a classe pode ser utilizada para o cadastro dos processos incidentais
Recursal/interna?	determina se a visibilidade da classe será restrita aos usuários internos, ou seja, servidores e magistrados. Atualmente, as classes configuradas como recursal/interna estão disponíveis somente na funcionalidade de retificação da autuação, tarefa que, tipicamente, é realizada por servidores do órgão
Proc. Referência?	Configuração utilizada para exigir, facilitar ou suprimir o número de processo de referência durante o cadastro de processos
Depend. Recursal?	Determina se a remessa de um novo recurso irá para o gabinete relator do recurso anterior. A dependência da distribuição se dará quando o parâmetro de dependência de distribuição estiver selecionado. A dependência da distribuição consiste no fato de o PJe verificar qual OJ e OJC do último relator do processo através da tabela de histórico de relatores (issue PJEJT-425). De posse dos dados: OJ anterior, OJC anterior, o sistema direcionará a distribuição para o mesmo OJ e OJC para os quais foi distribuído o recurso anterior. Na prática, isto quer dizer o seguinte: o OJ que julgou o RO (e.g.), receberá os demais recursos que subirem relativos ao mesmo número de processo. Por exemplo, quem julgou o RO irá receber o AP por dependência. Neste caso, além do processo retornar à tarefa "Triagem inicial" do gabinete o sistema lançará nos movimentos – 26 – Distribuído por "7207 – dependência".
Depend. Referência?	Determina se a distribuição do processo deverá levar em conta outro processo informado como referência. Se o processo de referência existir no PJe, o novo processo será distribuído para o mesmo OJ por dependência. No caso do processo de referência não existir no PJe, somente será distribuído por dependência para o OJ da referência se este pertencer ao mesmo Tribunal que está protocolando o processo (quando a referência é um processo legado, por exemplo). Caso a referência seja um processo de outro Tribunal, a distribuição será realizada por sorteio.
Ignora Prevento?	A marcação deste checkbox implicará na exclusão de processos desta classe entre o rol de possíveis precedentes. Exemplo: Já existe um processo A em tramitação cujo polo passivo está João e no polo passivo está Maria. Está sendo autuado um novo processo B com as mesmas partes mas de classes diferentes. Se este campo estiver marcado na classe do processo A, este processo não será considerado como possível preventivo. Ou seja, a verificação de dependência para o processo B será realizada, mas o processo A não será considerado.
Ignora Prevenção?	A marcação deste checkbox implicará na distribuição do processo/recurso sem qualquer verificação de dependência. Exemplo: Já existe um processo A em tramitação cujo polo passivo está João e no polo passivo está Maria. Está sendo autuado um novo processo B com as mesmas partes ,de classes diferentes ou não. Se este campo estiver marcado na classe do processo B, nenhuma verificação de dependência será realizada.